



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia

A Interseccionalidade entre Machismo e Racismo na Constituição da Subjetividade de Mulheres Negras no Brasil

Gabriela da Silva Moreira
Professora-orientadora: Ana Flavia do Amaral Madureira
Junho de 2022

Resumo

A tradição patriarcal e escravocrata ao longo da história, desde o período colonial no Brasil, desumaniza as mulheres negras e as posicionam na base da pirâmide social, em que sexo e cor são tidos como motivação para a dominação. O presente artigo teórico teve como objetivo discutir questões que envolvem a subjetividade de mulheres negras no Brasil. Buscou-se analisar a interseccionalidade entre machismo e racismo na construção subjetiva dessas mulheres, assim como, compreender a relação entre a presença do machismo e do racismo nas suas vidas e o sofrimento vivenciado por elas. O intercruzamento de opressões na subjetivação dessas mulheres é refletido na realidade concreta através da marginalização, das múltiplas violências sofridas e do adoecimento físico e psíquico. A Psicologia como ciência e universo de diversos campos de atuação contribui com um olhar contextualizado socialmente, culturalmente e historicamente que enxerga o que está além dos sintomas e das demandas emergentes.

Palavras-chave: mulheres negras, interseccionalidade, machismo, racismo, subjetividade.

Racismo e machismo são sistemas que se inter cruzam e incidem sobre as mulheres negras. Esses se constituem estruturados nos contextos social, cultural, econômico e político do Brasil, interferindo, conseqüentemente, na construção subjetiva dessas mulheres. Segundo Akotirene (2019), compreender a interseccionalidade desses fatores é levar em conta uma não hierarquização de opressões e percebê-los como níveis de opressão que são sentidos e vivenciados simultaneamente. Assim, o gênero inscreve o corpo racializado, isto é, o ser mulher e o ser negra são dimensões inseparáveis que, quando juntas, produzem significados e sofrimentos diferentes das partes separadas. Ao se unirem às condições econômicas, posicionam essas mulheres no mais baixo nível

social brasileiro, sendo subalternas em diversos contextos ocupados por elas, tais como: contexto profissional, familiar e doméstico, escolar e acadêmico, de classe econômica, culturais e religiosos.

Nesse sentido, o racismo se configura, por um lado, como um preconceito racial, no qual seu mecanismo opera por meio de um processo de generalização, explorado por Valsiner (2012), em que, à título de exemplo, uma pessoa a qual considera suja uma pele escura, reconstrói como suja a pessoa negra de pele escura. Por outro lado, o racismo se caracteriza como um sistema complexo que possui raízes históricas profundas e atravessa a subjetividade dos sujeitos, que produzem e reproduzem as relações de poder que fundam tal sistema.

Nesse contexto, como vertente teórica de referência, a Psicologia Sócio Histórica compreende que a ideologia racista separa a consciência do coletivo e suas ações da realidade objetiva, ou seja, das relações concretas que vem se configurando ao longo da história. Como consequência, esse conjunto de ideias e valores mascara os conflitos sociais e, assim, garante a dominação de um grupo sobre outro (Bock, 2001).

Ainda nessa perspectiva, as mulheres negras são subordinadas a um sistema de privilégios e desigualdades em termos de gênero – o machismo –, que se reflete desde as relações familiares até as oportunidades no âmbito profissional. Em suma, se caracteriza como um regime social sexista, que, segundo Simone de Beauvoir (1949, citado por Santos, 2020) em *O Segundo Sexo* produziu um discurso ao longo da história que inseriu a mulher na categoria desse outro obediente, boa esposa, mãe compulsória e cúmplices das violências praticadas contra elas. Nessa lógica, Rocha-Coutinho (2004) compreende a identidade atrelada às mulheres como construída historicamente e a qual se configurou como uma narrativa que uniu características e formou a chamada “natureza feminina”.

A discussão teórica aqui proposta se justifica por compreender que a violência advinda dos dois sistemas de opressão – racismo, machismo - atinge as mulheres negras no Brasil e se faz presente em todos os espaços ocupados por ela. Tal violência, desde a infância, vai fazendo parte de uma construção subjetiva que se entrelaça com o sofrimento psíquico. Compreende-se, assim, que a interseccionalidade de opressões é refletida na realidade concreta.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Mulheres, 2011) mostra que as mulheres negras são mais de 41 milhões de pessoas no Brasil, o que representa 23,4% do total da população e elas sofrem todos os dias discriminação de múltiplas formas. No entanto, representam as estatísticas de maiores desigualdades. Nesse contexto, o site

Alma Preta ¹publicou em 2019 uma pesquisa indicando que em 2016, o risco de suicídio foi 20% maior em jovens negras do que entre brancas.

Nota-se que tais indicadores preocupantes refletem claramente a marginalização e a subalternização das mulheres negras, o que infringe os mais básicos direitos humanos e impacta negativamente e de forma significativa na saúde mental e na qualidade de vida dessas mulheres.

De certo, a subjetividade dos indivíduos se articula com fatores sociais, históricos e culturais. Portanto, fenômenos que atingem a saúde mental dos indivíduos devem fazer parte do conjunto de preocupações do campo da Psicologia. Sendo assim, surge nos Estados Unidos nos anos 1960 a *Black Psychology* (Psicologia Preta), ramo da psicologia que hoje atua no Brasil e que procura focar sua atuação na maneira como o sujeito negro vivencia o mundo. A Psicologia Preta compreende que o espaço de intervenção da(o) profissional psicóloga(o) precisa ser de acolhimento e de clareza sobre os sistemas de opressão, esses que estão além dos fatores intrapsíquicos das mulheres negras.

Ao assumir uma postura crítica, várias vertentes teóricas da Psicologia, como a Psicologia Cultural e a Psicologia Sócio-Histórica, olham de uma nova forma para os fenômenos psicológicos, agora enxergando uma construção histórica e social nesse processo e não mais naturalizada. Por esse motivo, passa a entender o indivíduo como um ser posicionado e capaz de intervir no meio social, contrapondo a tradição classificatória que impõe um padrão de normalidade e descola os fenômenos psicológicos da realidade social em que são construídos. A Psicologia, portanto, deve se posicionar a favor da saúde psicológica e de melhores condições de vida (Bock, 2001) e, portanto, contra discriminações e ações que não estão alinhadas com os direitos humanos.

Para compreender o mundo psicológico, a Psicologia terá obrigatoriamente de trazer para seu âmbito a realidade social na qual o fenômeno psicológico se constrói; e, por outro lado, ao estudar o mundo psicológico, contribuirá para a compreensão do mundo social. (Bock, 2001, p.26).

Nesse sentido, é de extrema importância que estudiosas(os) do campo psicológico mergulhem cada vez mais em estudos raciais no Brasil, considerando o compromisso social da Psicologia como uma ciência e campo de atuação profissional. É destacado no artigo 1º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) N.018/2002: “Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu

¹ <https://almapreta.com> (recuperado em 24 de setembro de 2020)

conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo” (CFP, 2002, p. 2).

Ademais, um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Profissional Psicólogo (2014) destaca no “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Somado a isso, ressalta no artigo 2º como vedado ao profissional: “Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão”.

A partir do exposto, o estudo teórico aqui apresentado tem como objetivo discutir questões que envolvem a subjetividade de mulheres negras no Brasil. Busca-se analisar a interseccionalidade entre machismo e racismo na construção subjetiva dessas mulheres. Nesse intento, questiona-se qual a relação entre as violências sofridas e a presença do machismo e do racismo nas suas vidas.

Racismo e Machismo na Realidade Brasileira

O Brasil se posiciona no cenário mundial como o país com a maior descendência africana abaixo do continente africano. As mulheres negras no Brasil são brutalmente posicionadas na base da pirâmide social por serem atingidas por duas estruturas ideológicas de dominação – machismo e racismo. Esses fenômenos estabelecem uma relação de interseccionalidade entre si, em que uma opressão não se sobrepõe à outra. Assim, como construtos ideológicos que são naturalizados no imaginário social, esses atravessam a subjetividade de todos os indivíduos e causam sofrimento psíquico nas maiores vítimas desse processo - as mulheres negras. (Akotirene, 2019).

Ao adentrar a realidade brasileira, observa-se um fenômeno denominado colorismo, explorado por Devulsky (2021), em que as pessoas são consideradas negras a partir de uma noção de fenótipo africano em detrimento da descendência. Em outras palavras, o colorismo caracteriza-se como uma hierarquização das pessoas negras, tendo como base diferentes tonalidades de pele e traços corporais. Por um lado, essa compreensão reconhece os privilégios de pessoas negras de pele clara em comparação com pessoas de pele escura. Por outro lado, transforma a descoberta da negritude a constituição da identidade negra em processos não só individuais, mas sobretudo algo

construído pelo olhar do outro e marcado por ele, sendo, portanto, uma construção política.

Nesse viés, Madureira & Branco (2012) discutem o sexismo e o racismo como fenômenos de fronteiras rígidas. Isto é, tais sistemas de opressão operam de forma a criar marcações simbólicas das diferenças entre os grupos, o que, ao se associar as relações de poder, muitas vezes envolve a desqualificação do outro. No que se refere ao colorismo no Brasil, a cor da pele se torna simbolicamente relevante para a manutenção da barreira do racismo. Depreende-se, assim, que se torna estratégico para esses sistemas a manutenção do que é esperado de um grupo ou de outro. Por esse motivo, de forma resistente a qualquer tipo de opressão advinda dessas estruturas, é fundamental o favorecimento da permeabilidade das fronteiras, bem como o questionamento das existências destas.

Diante desse cenário, o panorama brasileiro aponta para a subordinação da mulher no ambiente doméstico, principalmente da mulher negra. Hooks (2018) pontua que o sexismo foi internalizado socialmente e fez as mulheres se enxergarem, muitas vezes, como inferiores aos homens. O patriarcalismo é um fenômeno estrutural que naturaliza pensamentos e comportamentos machistas, os quais legitimam violências em todos os contextos.

Paralelo a isso, Ribeiro (2019a) defende que, para que seja possível discutir sobre o racismo como algo estrutural, faz-se necessário compreender o caminho histórico trilhado e, portanto, entender a relação entre racismo e escravidão. Esse processo histórico culminou na marginalização do povo negro, na falta de acesso aos direitos básicos como ser humano, à educação de qualidade, à moradia e à voz.

Séculos de escravidão juntamente a um regime de opressão de gênero foram enraizados nas relações sociais no processo de constituição da história e deixaram marcas culturais profundas. Segundo Akotirene (2019), a História do Brasil foi marcada por um olhar ocidental que enxerga o outro pelo fenótipo e, nessa perspectiva, destaca “A única cosmovisão a usar apenas os olhos é a ocidental e esses olhos nos dizem que somos pessoas de cor”. Tal perspectiva se relaciona à noção cartesiana “penso, logo existo”, que estabelece uma divisão entre razão e corpo. Sendo assim, nos países ocidentais, muitas vezes os homens brancos são considerados o verdadeiro humano e estão vinculados à razão, já os “selvagens” - mulheres e negros – são tidos como apenas corpos, noção que implica na legitimação da dominação desses corpos.

A miscigenação brasileira é manchada por longo histórico de estupros e processos de silenciamento - uma verdadeira mistura de cores que é fruto da violência brutal com mulheres escravizadas e nativas. Tão doído quanto os milhares anos de servidão é a ferida ancestral que hoje marca o inconsciente da população negra. A escravidão faz parte de uma história em que o branco é visto como pessoa e somente ao Outro é atribuída uma marca: a raça. O Racismo Estrutural consiste em um regime brutal de silenciamento que se configurou social e historicamente desde o colonialismo, sistema que, segundo Kilomba (2010), criou uma inversão de narrativas em vários sentidos, compreendendo que o negro acaba sendo culpabilizado pela sua condição e, assim, inicia um processo de sofrimento psíquico, no qual se enxerga como o inimigo.

O sujeito negro é visto pela branquitude como algo ruim, pois é associado a aspectos como a agressividade e a sexualidade, que são reprimidos pelas ideias dominantes. A partir disso, o sujeito dentro da noção de branquitude é transformado no ideal de ser humano e associado a características consideradas mais “civilizadas”, livrando-se da culpa histórica manchada de dominação e opressão. (Kilomba, 2010).

É de extrema importância ressaltar que as concepções machistas e racistas que fazem parte da cultura não são perpetuadas por homens brancos. Essas ideias são produzidas e reproduzidas na relação com o outro e internalizadas tanto por homens quanto por mulheres. Nessa lógica, Valsiner (2012) explora a noção de uma cultura cultivada não na dimensão intrapessoal – indivíduo consigo mesmo – e, sim, no âmbito interpessoal – entre as pessoas.

Nesse sentido, importantes contribuições da Psicanálise podem ser articuladas com a temática proposta. Sendo assim, Kilomba (2010) aborda os mecanismos de defesa do ego. A título de exemplo, o sujeito branco procura enxergar no outro algo que não quer enxergar em si mesmo, caracterizando o mecanismo de *recusa*. “No racismo, a recusa é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial”. (Kilomba, 2010, p.173). Esse processo implica na culpabilização do(a) colonizado(a) e cria uma lógica perfeitamente constituída para que o racismo seja enraizado na estrutura social e o sentimento de inferioridade na psique dos homens e mulheres negras.

Kilomba (2010) aponta que pessoas negras podem entrar em um estado neurótico quando se veem em um estado de alteridade na relação com o sujeito branco e, conseqüentemente, com o contexto social que o oprime e glorifica o branco. Assim, reeditam o trauma psíquico em situações cotidianas, se identificam nas histórias e filmes com os brancos considerados “bons” e rejeitam os negros tidos como “vilões”. O

depoimento de Maitê ilustra claramente essa experiência, como uma mulher negra de 33 anos, conta que tentou, em vários momentos da infância, tirar a própria vida. Relata que lembra de associar a coloração preta ao luto, ou seja, começou a relacionar a cor de sua pele com o significado de morte. (Santos, 2020)

Eu fui odiado, desprezado, detestado, não pela vizinha do outro lado da rua ou pelo meu primo por parte de mãe, mas por uma raça inteira. Eu competi contra algo irracional. Os psicanalistas dizem que nada é mais traumatizante para a criança do que estes encontros com o que é racional. Eu diria, pessoalmente, que para um homem cuja arma é a razão, não há nada mais neurótico do que o contato com o irracional (Fanon, 1967, p. 118, citado por Santos, 2020).

No imaginário social brasileiro, há uma concepção de miscigenação pautada em um certo “conto de fadas”, em que, de uma mistura de nacionalidades, foram construídas gerações de forma supostamente harmoniosa ao longo da história. A ideia de uma “democracia racial” é ilusória pois é evidente a segregação enfrentada pela população preta e parda. A história do Brasil nos conta que o incentivo à imigração no período imperial não passou de um projeto de embranquecimento da população a fim de atingir um ideal de civilização europeia. (Santos, 2014).

Como consequência, a população negra foi posta à margem da sociedade. Diante desse cenário, ex-escravizados foram desamparados e tiveram seu senso de pertencimento coletivo e mobilização política prejudicados (Santos, 2014). É evidente o reflexo da história na realidade brasileira contemporânea. Schwarcz (2001) pontua que a taxa de mortalidade é maior entre a população preta e parda e, além disso, essa apresenta menor renda e tem um acesso precário à educação.

Diante do exposto, raça e gênero podem ser compreendidos como modernos aparatos coloniais que ao longo da história vem reproduzindo privilégios e desigualdades. De certo, a mulher negra foi marcada por um processo histórico que se distingue do vivido pela mulher branca por ter sido ainda mais perverso e desumano, marcado por extrema violência que se inicia no período colonial.

Decorrente de todo esse processo, a mulher negra, diferentemente da mulher branca, é sexualizada e enxergada como “exótica” e como o “sexo forte”, pois foram explorados seu próprio corpo e sua força de trabalho. Assim, torna-se objeto de satisfação para os homens brancos. Seu sexo e sua cor são tidos como motivação para a sua dominação, enquanto os homens não conseguem resistir a “tamanha tentação”. Tal concepção legitima a culpabilização da mulher negra pela violência sofrida.

O olhar diante do outro como ‘coisa’ e como ser esvaziado de humanidade alimenta o ciclo de violência que persiste em nossa sociedade. (Madureira & Fonseca, 2020). Segundo Ribeiro (2019b), reiteradamente, as mulheres negras são vistas como meros objetos sexuais e pessoas para estarem em determinadas posições sociais, profissionais etc. Tais concepções são reconfiguradas quando a noção de humanidade passa a abarcar também as mulheres negras e elas ganham voz. Dessa forma, dar espaço de fala e romper com o silenciamento é colaborar para a desnaturalização das violências cotidianas sofridas.

Loponte (2002) articula as dimensões sexualidade, arte e poder a fim de discutir como as imagens artísticas, sendo realizações culturais e geradoras de sentido, produzem e reproduzem ideologias e discursos, tais como as narrativas de identidades sexuais e de gênero. A forma silenciada, objetificada e sexualizada de representação artística dos corpos femininos estabelecem características e atribuições de um ‘corpo perfeito’ (Loponte, 2002), esvaziando a mulher de humanidade e poder, bem como, colabora para um olhar do espectador que os transforma em objetos visuais de desejo dos homens. Além disso, os corpos das mulheres são tidos, desde muito tempo na história, sob tutela dos homens, recebendo uma simbologia territorializada. (Almeida, 2014).

Subjetividade e Processos de Subjetivação

Antes de analisar questões relativas à construção subjetiva da mulher negra no Brasil, é preciso delimitar a compreensão de subjetividade e dos processos de subjetivação que está sendo considerada. Portanto, de acordo com Bock (2001), a subjetividade de um indivíduo se forma na relação deste com o meio social e, assim, se dá de maneira ativa, dinâmica e interacional com a realidade objetiva - social, histórica e cultural. Nesse sentido, os fenômenos psicológicos tomam forma a partir dos processos de subjetivação, isto é, da construção individual de um mundo social simbólico. Segundo Foucault (2006), a subjetivação “[é] o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si” (p. 262).

Quanto aos processos identitários, Weschenfelder e Fabris (2019) realizaram um estudo de relatos autobiográficos no blog *Blogueiras Negras* com o objetivo de compreender como se constitui e quais são os efeitos do processo de subjetivação

identitário produzido pelas mulheres negras brasileiras que narram suas experiências nesse espaço.

Nasci negra em meio à busca da cura física. Nasci negra e agora como uma criança tenho desejos infinitos de entender este meu mundo negro. Cada dia tem sido posto para grandes descobertas, momentos do passado que tento entender, pessoas e fatos que tento entender. Encantamento com a vida nova. Braços vão sendo apresentados a mim, mãos me ensinam a caminhar, pessoas maravilhosas vão me guiando (Shirlene Marques, 2014, citado por Weschenfelder & Fabris, 2019).

Para Domingues (2005, citado por Weschenfelder & Fabris, 2019), a constituição da subjetividade a partir do movimento de subjetivação passa pela formação de uma consciência de si, essa que se configura como uma consciência racial no processo de “negritude” do sujeito negro. Entende-se que, posicionando esse conceito no campo ideológico, a negritude funciona como um conjunto de discursos que operam em duas linhas de frente, podendo ser internalizados pelos indivíduos a partir de uma lógica de subordinação e controle dos corpos, mas também, no sentido de fortalecimento da identidade negra.

Depreende-se do estudo realizado pelas autoras que as redes sociais são os novos espaços coletivos da contemporaneidade e saberes estão sendo construídos e ressignificados neles. O Blogueiras Negras é um espaço de subjetivação identitária – identificação, fortalecimento de identidades e reelaboração de si e uma oportunidade de conviver e exercer sororidade com outras mulheres. Além disso, percebe-se pelos relatos que essas mulheres puderam enxergar seus próprios problemas não como patologias individuais, mas como questões sociais e políticas. Por fim, a escrita também se deu como uma ação política de resistência em um espaço público.

A linguagem exerce um papel fundamental no processo de subjetivação ao ser o intermédio na internalização de aspectos da realidade concreta. (Bock, 2011). Desse modo, sendo significados e ressignificados historicamente, os termos constituintes da linguagem influenciam na maneira como as mulheres negras se enxergam e constroem sua consciência de si. O termo “raça”, ao classificar os seres humanos em uma lógica de dominação do outro, também insere as subjetividades em diferentes hierarquias. Os discursos construídos ao longo da história reproduzem as relações de poder que organizam a sociedade. Nesse sentido, compreende-se que a linguagem é socialmente um instrumento político (Almeida & Santos, 2016).

Segundo Woodward (2000), a linguagem e os sistemas simbólicos são meios pelos quais as identidades obtêm sentido. As representações destas operam de forma simbólica a fim de classificar as relações. (Hall, 1997). Compreende-se, assim, que “a identidade é relacional [...] depende, para existir, de algo fora dela: de outra identidade” (Woodward, 2000, p.8). Dessa forma, a identidade da mulher negra é constituída a partir de uma marca de diferença frente a outras identidades sociais.

Nessa perspectiva, o feminismo, tido aqui como um movimento social com princípios próprios, compreende as identidades como não essenciais e biologicamente determinadas, sendo elas fluidas e não fixas (Woodward, 2000). Tendo em mente múltiplas maneiras de ser mulher, a identidade foi construída de diferentes formas para as mulheres brancas e negras, já que seus papéis sociais foram determinados de maneiras distintas no processo histórico. As mulheres brancas e negras são vistas como mulheres frágeis são sexualizadas, em contrapartida, de forma mais cruel, as mulheres negras também são enxergadas como “exóticas” e como o “sexo forte”, já que seu corpo e sua força de trabalho foram explorados durante mais de três séculos no Brasil. Herança essa que se reflete nos desfiles de carnaval, onde as mulheres negras são vistas por uma lente carnal e apresentadas como objeto de desejo (Almeida & Santos, 2016).

Nesse contexto, esse processo de objetificação da mulher negra brasileira é caracterizado como um “ritual de espetacularização” (Almeida & Santos, 2016, p.8), no qual, ao mesmo tempo em que essa mulher é aplaudida, ela é colocada como a alteridade mais distante. Em outras palavras, o homem branco se coloca em uma posição de afastamento diante do outro que é animalizado para, assim, legitimar sua dominação. Essa visão se reflete nos relacionamentos afetivos contemporâneos. A solidão da mulher negra vem da visão construída historicamente de que ela é destinada a servir e não a se relacionar. Somado a isso, partindo do princípio que os homens brancos e negros também internalizam o padrão de beleza associado à branquitude como o padrão de beleza, esses acabam, muitas vezes, preferindo-as como parceiras amorosas. (Almeida & Santos, 2016).

Akotirene (2018) destaca a importância de repensar as ideias que fundamentam a luta feminista no Brasil, movimento esse que ainda carrega a noção de um feminismo universal e hegemônico que invisibiliza diferentes vozes e implica na reprodução das relações de opressão do racismo. Isto é, uma luta hegemônica não fortalece todas as mulheres, pois essas partem de distintos lugares, por esse motivo, é essencial o

engajamento em um feminismo negro que devolve o caráter ativo e revolucionário das mulheres negras.

No que tange à interseccionalidade entre machismo e racismo que recai sobre a vida da mulher negra, o Movimento Negro e o Movimento Feminista veem desconstruindo discursos identitários construídos pela posição do “colonizador” e procurando construir, pela primeira vez, suas próprias narrativas. (Hall, 1997). Essa colonização é tida como um sistema de opressão em que o sujeito branco e os homens no patriarcado habitam o inconsciente das mulheres negras e produzem sofrimentos psíquicos. (Rocha-Coutinho, 2004). A mulher negra, então, ocupa simultaneamente a posição de antítese diante de dois Outros. Kilomba (2018) argumenta “A mulher negra só pode ser o outro e nunca si mesma” (p.124).

Santos (2020) defende a ideia de que o inconsciente do sujeito negro é marcado por sua raça e, conseqüentemente, por uma ferida narcísica. Isso se justifica, pois a instância psíquica do *eu* é formada a partir da noção corporal. Sendo assim, quando a menina negra se olha no espelho e, logo após, se depara com um mundo branco, ela tem seu primeiro trauma. Nesse sentido, o psicólogo brasileiro Lucas Veiga pontua, em uma entrevista na Revista Veja Saúde em 2019, que quando o próprio corpo é visto de forma negativa pela sociedade, ele acaba sendo significado da mesma forma para o indivíduo, que entra em um estado inconsciente de rejeição a si mesmo, somado a um desejo de embranquecimento.

Esse processo de auto rejeição se inicia desde a infância - período de produção de identidade e subjetivação e pode se materializar por meio de mudanças estéticas, como o alisamento dos cabelos. A vinculação de um estereótipo ruim aos cabelos crespos é evidente na mídia, onde, enquanto a mulher branca, seus cabelos lisos e sua feminilidade são colocados em um patamar de ideal de beleza, a mulher negra é excluída e, desde criança, não se enxerga nas posições desejadas, se anulando ao buscar técnicas de embranquecimento. (Oliveira & Mattos, 2019).

Assim sendo, a identidade configurada como um ideal a ser alcançado acaba por afastar o sujeito negro da afirmação de sua própria identidade, o fazendo adentrar uma situação neurótica. Segundo Fanon (2008, citado por Santos 2020), “Em uma tentativa aflita, o sujeito entra em um processo de autodestruição, reedita o trauma e perpetua a dor”. Somado a isso, a mulher negra ainda é subjugada e inferiorizada pelo fato de ser mulher.

Violências e Adoecimentos em Perspectiva

“As estruturas patriarcais e capitalistas fazem dos corpos das mulheres objetos de múltiplas violências.” (Almeida, 2014, p.335). Ao serem posicionadas na base da pirâmide social, as mulheres negras em situação de pobreza são inseridas nas posições menos qualificadas do mercado de trabalho e são privadas, muitas vezes, de cuidados básicos de saúde física e mental. Diante disso, quadros de ansiedade e depressão são comuns entre pessoas negras no Brasil. Além disso, a violência diária sofrida pelo sujeito negro pode levar a sentimentos como rejeição, inferioridade e não pertencimento.

Uma matéria publicada pela Revista *Veja*² em 2020 traz um estudo da Universidade do Sul da Califórnia, nos EUA, que salienta a forte relação de fatores imunológicos a aspectos psicológicos do ser humano. O estudo identificou que o sujeito que sofre racismo pode, futuramente, ter inflamações no corpo, que podem levar a doenças crônicas.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)³ em 2021 aponta que, no ano de 2019, 3.737 mulheres foram mortas no Brasil, dentre as quais, 66% eram negras. Esse dado abrange violência de gênero, violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher e violências em geral, tais como roubos seguidos de mortes e conflitos variados. Ademais, o total de mulheres negras mortas aumentou de 2.419 vítimas em 2009 para 2.468 em 2019. Quando ao número de mulheres não negras vítimas de homicídio, esse caiu de 1.636 em 2009 para 1.196 em 2019. Por fim, vale evidenciar que o risco de uma mulher negra ser morta em 2019 foi 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra.

Quando se adentra a questão de violência de gênero, entende-se que esta é praticada de forma direcionada e, muitas vezes, seletiva, além de ser perpassada por um olhar patriarcal e subjugador. Segundo Almeida (2014), a violência contra as mulheres surge a partir da questão da alteridade, como eixo distinto de outros tipos de violência.

Ao se optar pela modalidade “violência de gênero”, vê-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços sociais relacionais, quer sejam

² Racismo aumentaria níveis de inflamação em negros, o que causa doenças. Disponível em: <https://saude.abril.com.br>, recuperado em 24 de setembro de 2020

³ Atlas da Violência 2021: Policy Brief. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/215/atlas-da-violencia-2021-policy-brief>, recuperado em 22 de junho de 2022.

interpessoais quer sejam da ordem impessoal ou de grandes guerras. Isto é, essa violência não se refere a atitudes de fazer sofrer ou aniquilar o outro que seja alguém considerado igual ou que é visto nas mesmas condições de existência e valor que o/s seu/s perpetrador/ es. A centralidade das ações violentas (físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais) incide sobre a alteridade do feminino na esfera doméstico familiar, na esfera pública e na esfera dos conflitos internacionais. (Almeida, 2014, p.329).

Reconhece-se que a violência de gênero a qual tem como vítima uma mulher negra é praticada contra alguém que é visto em condições de existência e valor ainda mais subordinadas que as mulheres consideradas não negras e, por isso, torna-se uma violência ainda mais cruel e perversa.

Ademais, é importante salientar que, apesar de a violência contra uma mulher ser praticada por sujeitos atravessados pelo discurso machista e imersos em uma cultura patriarcal que favorece a posição de dominação masculina, não se pode afirmar que esses fatores por si só justificam a classificação violência de gênero, sendo necessária uma avaliação contextualizada e minuciosa do universo analisado.

Na realidade brasileira, evidencia-se a invisibilidade da violência de gênero no espaço doméstico. Dados do IPEA indicam que 33,3% do total de homicídios de mulheres registrados em 2019 (1.246) ocorreu dentro de casa. Mulheres vítimas de estupro dentro do casamento são bastante comuns e passam pela compreensão social de que é uma problemática do espaço privado e não do espaço público. Nesse sentido, estudos apontam a relação intrínseca entre a violência doméstica e adoecimento psíquico. Por exemplo, segundo a Associação Americana de Psiquiatria (2014, citado por Zancan & Habigzang, 2018), a violência psicológica é considerada um fator de risco para o desencadeamento de sintomas ansiosos e depressivos, em que o medo, os ataques de pânico, os comportamentos de vigilância e a apreensão demasiada são alterações marcantes do transtorno de ansiedade.

Entre os estudos sobre saúde mental e gênero, Zanello (2020) traz uma pesquisa realizada com pacientes de um hospital psiquiátrico de Brasília, em que foram analisados prontuários de homens e mulheres e comparados seus sintomas e diagnósticos. Os resultados apontaram que os homens se queixavam sobre impotência sexual e incapacidade de sustento da família e, em seus prontuários, apareceram questões como diminuição da libido e falta de motivação para o trabalho. Já as mulheres se queixavam de relacionamentos amorosos e fatores relacionados à maternidade, constando em seus

prontuários aspectos como: “poliqueixosas” (desqualificação do sofrimento da mulher), obesidade, desprazer nas tarefas domésticas, libido exacerbada, choro sem motivação.

A partir desse estudo, torna-se claro o machismo estrutural presente tanto no tipo e na forma de adoecimento dos pacientes como no olhar dos profissionais de saúde. É marcante a presença das noções misóginas de que: o homem sente e pode sentir mais prazer que a mulher; é reservado somente ao homem o dever de sustentar toda a família, enquanto cabe a mulher o cuidado da casa e dos filhos e o silenciamento. Diante disso, faz-se evidente que o sistema patriarcal produz e reproduz o adoecimento de mulheres e homens.

Segundo dados do IBGE de fevereiro de 2021 existe um contingente alto da população, 52 milhões de pessoas, vivendo em situação de pobreza ou extrema. A partir disso, ressalta-se que a realidade brasileira escancara a pobreza de mulheres negras. A intersecção de classe na construção subjetiva dessas mulheres se fundamenta em um sistema capitalista, o qual reproduz, em todas as suas relações, normas e ideologias, uma pobreza estrutural e violenta que invisibiliza e marginaliza ainda mais essas mulheres.

Segundo Zanello (2020), o discurso capitalista construiu uma ideia de mobilidade social para todos e não todas, já que as mulheres negras e pobres são uma parcela da população muitas vezes alheia à essa oportunidade. O capitalismo precisa de algumas vertentes para se reproduzir e entre elas estão o racismo, o sexismo e o classismo (discriminação voltada às classes menos privilegiadas). Tal noção é refletida na realidade brasileira, em que os homens são destinados à esfera pública, sendo remunerados e reconhecidos por um “verdadeiro” trabalho, enquanto as mulheres portadoras de útero são direcionadas às tarefas domésticas e de cuidados com os filhos devido a uma suposta “vocação”.

O sistema capitalista utiliza as características biológicas (órgão genital e cor de pele) como justificativas para a desigualdade social. A partir dessa perspectiva, a mulher nasce e logo é colocada em um lugar de desempoderamento. Judith Butler (2012, citada por Zanello, 2020) aponta sobre os perigos de enxergar os homens e as mulheres a partir de suas diferenças físicas, sendo que essa já se configura como uma construção de gênero. Ou seja, Butler (2003, citada por Zanello, 2020) compreende gênero como uma repetição estilizada de performances, as quais são interpeladas pelas tecnologias de gênero - produtos culturais (propagandas, filmes, músicas) que representam e reproduzem os ideais de gênero.

Considerando, assim, que a cultura trilha caminhos privilegiados, as instituições são servas de saberes instituídos. Foucault (2014, citado por por Weschenfelder & Fabris, 2019) compreende que o poder se constitui como teia/ rede, na qual somos atravessados por discursos naturalizados que internalizamos e que determinam nosso modo de ser e existir. A partir de uma fundamentação na Filosofia da Diferença, entende-se que, quando não há abertura de fato para as diferenças em uma sociedade, não há como romper com o sistema de privilégios e opressões.

O racismo se posiciona na cultura, na história e no meio social de forma estrutural, pois é constituído como saberes que se configuram como dispositivos de poder – sobre as mentes e os corpos - e atravessam a subjetividades das pessoas, ditando seus modos de ser e existir. Tais saberes são, frequentemente, reproduzidos pelas instituições – entidades abstratas, como o Estado, a Educação e o Direito -, que perpassam todos os níveis dos conjuntos humanos e fazem parte da estrutura simbólica dos indivíduos (Rossi & Passos, 2014).

Os saberes instituídos se baseiam em um padrão de normalidade, classificam os sujeitos e tentam manipulá-los na maneira como devem performar, o que culmina na legitimação das desigualdades e na reprodução de relações sociais pautadas em ideologias, como o racismo (Bock, 2001), que é estruturado em uma lógica de dominação e eliminação desses corpos.

Considerações Finais

O modo como a história foi moldando as relações de poder permitiu a construção de uma lógica violenta para que o sentimento de inferioridade passasse a habitar a psique dos homens e mulheres negras – sujeitos que, ao longo das gerações, foram alienados da realidade de si mesmos. A partir disso, inicia-se um processo traumático, no qual o sujeito negro é inserido, quando este se enxerga em um estado de alteridade na relação com o sujeito branco e, conseqüentemente, com o contexto social que oprime seus semelhantes e enaltece a branquitude – a ‘normalidade’, o ‘padrão’.

Em vista disso, o martírio psíquico vivido pela mulher negra começa a se constituir desde a infância e se perpetua nas relações afetivas, no processo de autoestima, na capacidade de identificação com o meio social, na busca por representatividade e no processo de empoderamento como mulher.

Considera-se, assim, que o intercruzamento dos aparelhos de opressão – racismo e machismo - sobre a subjetivação da mulher negra brasileira precisa ser entendido conectado ao contexto de marginalização em que se insere. O processo histórico, desde o período colonial, desumaniza a mulher negra. É evidente a construção de uma falsa imagem de convivência harmoniosa presente nas relações sociais no Brasil, quando, na verdade, a realidade concreta indica extrema segregação racial, pobreza e violência estrutural.

É evidente que a vivência do gênero dentro de um corpo marcado de raça [???] [COMENTAR] implica em situações de vulnerabilidade física e psíquica (Oliveira & Mattos, 2019). Logo, o sofrimento subjetivo da mulher negra no Brasil e a constituição do seu *self* estabelecem forte relação com as violências e ataques aos fatores que a tornam quem ela é. Portanto, segundo Santos (2020), a mulher negra herda não só a cor, mas também uma marca inconsciente de sofrimento.

Quanto ao presente estudo teórico, salienta-se como contribuição relevante a interseccionalidade entre machismo e racismo contextualizada com a realidade classista brasileira dentro de uma perspectiva crítica. Como limitação, percebe-se a falta de dados estatísticos e fundamentação teórica que articulam a constituição da subjetividade de mulheres negras e as múltiplas violências sofridas por elas com os contextos pandêmico e pós pandêmico entre o período de 2020 e 2022, anos atípicos e que, certamente, impactaram significativamente a vida de muitos seres pelo mundo.

Ao se tratar das principais contribuições do presente estudo para a Psicologia como ciência e universo de diferentes campos de atuação profissional, valoriza-se, na atuação clínica, a importância da(o) profissional psicóloga(o) adquirir um olhar contextualizado socialmente, culturalmente e historicamente com o universo particular de cada demanda emergente, enxergando aquilo que está por trás do não dito, além de buscar o empoderamento e a aceitação identitária das pacientes.

Em específico, a(o) psicóloga(o) na atuação escolar é capaz de atuar, junto aos educadores:

[...] na prevenção da violência e na desconstrução cotidiana do autoritarismo por meio, principalmente, da disseminação de conhecimentos, da valorização do diálogo, do aprendizado do amor, da busca por soluções não violentas para a resolução de problemas cotidianos e da construção de uma cultura de paz, efetivamente inclusiva e democrática (Madureira & Fonseca, 2020).

Ademais, a(o) psicóloga(o) no campo jurídico consegue realizar estudos, perícias e/ou diagnósticos que não reforçam ou reeditam as violências vividas, não revitimizando as mulheres e considerando a realidade econômica, social e cultural de cada mulher negra brasileira. Nesse sentido, tendo como base o princípio da intersectorialidade, profissionais jurídicos se articulam com a rede de saúde, bem como com psicólogas(os) sociais e a rede de assistência social para, com ações assertivas, contextualizadas e dialogadas, lutarem contra a violência doméstica, familiar, obstétrica, entre outras e a favor da saúde mental, da dignidade e de melhores condições de existência para as mulheres brasileiras.

Por fim, como mulher e graduanda no curso de Psicologia, exerço aqui meu ato de resistência feminista e enfatizo meu compromisso ético e político com os direitos humanos e com a saúde física e mental das mulheres pardas e pretas do meu país, assim como todas as outras. Deixo aqui minha indignação com os tantos feminicídios que ocorrem todos os dias. É preciso ter em mente que as mulheres são várias diferentes existências que merecem existir com dignidade.

Assim sendo, creio profundamente na transformação social a partir das ações de micropolítica. Por isso, concebe-se o racismo como parte de uma construção cultural, na qual, para Valsiner (2012), valores são internalizados e orientam as ações individuais. Sabendo disso, é preciso e possível modificar essas ações. Entretanto, não é possível desconstruir preconceitos apenas com argumentos racionais, tendo em vista que tais valores são enraizados afetivamente e emocionalmente. Assim, conforme enfatiza Ribeiro (2019b), é necessário que, no lugar de privilégio, as pessoas se incomodem com o racismo cotidiano e, em vez de transformar o incômodo em intolerância ou ódio pelo outro, se questionem sobre o porquê do incômodo. Somos todos responsáveis pela mudança dessas realidades e devemos nos posicionar em um lugar de escuta verdadeira.

Além disso, é de extrema relevância o comprometimento em cada vez mais pesquisas empíricas e em estudos teóricos que mostram as reais consequências que as violências racial e de gênero produzem na saúde e na construção da subjetividade das mulheres negras no Brasil, a fim de conferir visibilidade e fortalecer a luta travada pelo feminismo negro, que anseia por condições mais justas e igualitárias e maior representatividade. De certo, o movimento feminista criou as condições culturais, históricas e políticas importantes no processo de legitimação e reconhecimento da profundidade e seriedade das questões levantadas e, em conjunto com afincos

acadêmicos, dá-se o devido realce sociológico a essas temáticas dentro da universidade, entre os governos e na sociedade civil.

Referência Bibliográficas

- Almeida, L. P. D., & Santos, G. F. C. D. (2016). Ritual da diferença: atos performativos de comunicação, subjetividade e corpo da mulher negra no Brasil. In *CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO* (Vol. 39, pp. 1-16).
- Almeida, T. M. C. (2014). Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. *Revista Sociedade e Estado*, 29(2), 329-340.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Bock, A. M. B. (2001). A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*, 15-35.
- CFP. Resolução CFP N.º018/2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em: 10 set. 2020.
- Devulsky, Alessandra. *Colorismo: Feminismos Plurais*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- Hall, S. (1997). The spectacle of the other. *Representation: Cultural representations and signifying practices*, 7.
- Hooks, B. (2018). O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. *Rio de Janeiro: Rosa dos tempos*.
- Kilomba, G. (2010). The mask. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2, 171-180.
- Loponte, L. G. (2002). Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. *Revista Estudos Feministas*, 10, 283-300
- Mulheres, O. N. U. (2011). Retrato das desigualdades de gênero e raça. In *Retrato das desigualdades de gênero e raça* (pp. 39-39).
- Oliveira, A. P. D. O., & Mattos, A. R. (2019). Indentidades en transición: Narrativas de mujeres negras sobre cabellos, técnicas de blanquiamento y racismo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(2), 445-463.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2004). Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. *Temas em Psicologia*, 12(1), 02-17.

- Rossi, A., & Passos, E. (2014). Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista Epos*, 5(1), 156-181.
- Ribeiro, D. (2019). Lugar de fala. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Ribeiro, D. (2019). Pequeno manual antirracista. Companhia das Letras.
- Santos, M. R. D. (2014). *Histórias de reencontro: ancestralidade, pertencimento e enraizamento na descoberta de ser negra* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Santos, M. R. D. (2020). *Tecidas entre lutas e resistências: um estudo sobre o universo negro feminino* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Schwarcz, L. M. (2001). *Racismo no Brasil* (Vol. 31). Publifolha.
- Veja Saúde. A Psicologia Preta e saúde mental dos negros no Brasil. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/saude-e-pop/a-psicologia-preta-e-a-saude-mental-dos-negros-no-brasil/>. Acesso em: 24 set. 2020.
- Weschenfelder, V. I., & Fabris, E. T. H. (2019). Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional. *Revista Estudos Feministas*, 27.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, 15, 7-72.)
- Zancan, N., & Habigzang, L. F. (2018). Regulação emocional, sintomas de ansiedade e depressão em mulheres com histórico de violência conjugal. *Psico-USF*, 23, 253-265.
- Zanello, V. (2020). Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Editora Appris.